

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG



ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



A imagética da Ordem do Templo: das representações visuais e seus significados históricos

Marcelo Rodrigues dos Reis¹

“Quando a alma quer experimentar algo, atira uma imagem para a sua frente e, depois, avança até ela.”
(Mestre Eckhart)

“Não nos dêis a nós, Senhor, não nos dêis a nós a glória, mas dá-a ao teu nome.” (Salmo de Davi)

Introdução

A epígrafe em destaque, da lavra do Mestre Eckhart, evidencia o caráter poético das imagens. Dito de outra maneira, o pensador dominicano descreve o ânimo e o fluxo criativos dos atores históricos quando em contato com os domínios da imagética. O espírito intelectual de Eckhart combina à perfeição com a atmosfera tomada de imagens que caracteriza o período histórico em que viveu, ou seja, os séculos XIII e XIV da Europa medieval cristã.

Pode-se dizer que, exatamente por seu gênio inventivo, o religioso em questão, aos olhos dos poderosos, tornou-se figura ímpar e impetuosa. Sua adesão ao neoplatonismo, os sermões bem construídos e carregados de referências místicas que proferia e a heterodoxia de seus pensamentos fizeram dele, inclusive, um dos sujeitos alcançados pelo braço inquisitorial. Outras personalidades e organizações do período medieval cumpririam trajetória bastante similar àquela de que foi protagonista o mestre turíngio, vítimas de ações persecutórias por parte dos poderes constituídos da segunda metade do medievo.

É o caso da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (1118/9–1312), cujo lema se vê na segunda epígrafe por mim escolhida. *Lato sensu*, a

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade de Brasília (2001). Mestre e doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de Brasília (2004 e 2008). Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás. Pesquisador nas áreas de História das Religiões, História do Brasil e Teoria da História. E-mail: marceloreisueg@gmail.com

Ordem do Templo – como também restou conhecida – compreende o tema de que trata o presente texto, na medida em que examino alguns conteúdos concernentes ao campo imagético dessa que foi um organização monástico-militar originada e bastante influente no contexto das Cruzadas. De modo mais específico, trata-se da análise iconográfica e iconológica de uma mostra de representações visuais alusivas aos cavaleiros templários – passíveis de serem encontradas nos mais variados suportes do período medieval, como insígnias, armas e brasões; documentos escritos e selos; pinturas, esculturas, afrescos e iluminuras; elementos arquitetônicos; vestimentas etc.

Considere-se desde já que esse repertório de imagens, na medida em que comunica mensagens e significados particulares, além de apontar concepções de mundo, códigos sociais e signos de pertencimento, conserva e revela dados históricos da Ordem do Templo. Consequentemente, tais imagens devem ser lidas como marcas identitárias e de memória. No plano teórico-metodológico, procederei à análise desse *corpus* tendo como referências as contribuições da Escola de Hamburgo, capitaneada pela obra de Aby Warburg, e principalmente da Escola dos Annales, que, ao propor e consumir o alargamento da noção de fonte histórica, legitimou pesquisas centradas em imagens nos domínios de Clio. Ambas as escolas forjaram estudiosos que, para além de critérios estéticos, acertaram em compreender e interpretar os registros imagéticos enquanto documentos culturais.

Vale lembrar também um dos mais prestigiados historiadores da atualidade, Carlo Ginzburg (1989). Especificamente porque ele, a exemplo de Schmitt, dialoga com Warburg. Em *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, coletânea de textos de Ginzburg, pode-se ler o ensaio "De A. Warburg a E. H. Gombrich", que abrange os tratamentos dados à história por Aby Warburg e seus continuadores. No mesmo livro, em "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário", Ginzburg desenvolve uma reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico ao passo em que disserta sobre seu conhecido *paradigma indiciário*, modelo epistemológico que, por seus princípios e procedimentos, propõe submeter as fontes históricas a uma leitura semiótica. Disposição coerente quando se trata do universo em que habitam as imagens e seus significados. Considero, com isso, breve e satisfatoriamente indicado o assunto e delineado o quadro de referências teórico-metodológicas que suporta o presente estudo.

A santa milícia: notas históricas sobre os cavaleiros do Templo

Antes de amargar a ruína no primeiro quartel do século XIV, a Ordem do Templo forjou-se no contexto das primeiras Cruzadas e, no curso de seus dois séculos de existência, alcançou visibilidade e acumulou prestígio em meio à cristandade medieval. Tanto mais porque, segundo o medievalista francês Jean Flori, as ordens religiosas militares, por sua natureza dual – combativa e sagrada –, terminaram por ocupar espaços de poder deixados vagos pelas formações cavaleirescas tradicionais (Flori, 2005, p. 176-181). Além disso, frise-se, os templários historicamente figuram como a maior das ordens monástico-militares que, determinadas a combater os infiéis e na defesa de peregrinos que partiam em direção à Terra Santa, observavam uma regra (cenobítica) e faziam votos de obediência, castidade e pobreza. O ânimo teocrático vigente na sociedade medieval, que experimentava o seu apogeu, contribuiu para que os guerreiros de hábito e portadores da cruz alcançassem notável reconhecimento.

Secundada por outras ordens, a do Templo, no contexto político da cristandade e se aproveitando da valorização de sua imagem entre os medievais, pôde acumular riquezas e propriedades, espalhando-se Europa afora e, por óbvio, em terras do Oriente – lugar inclusive que abriga as origens da instituição. No entanto, tais avanços despertaram a animosidade crescente das autoridades eclesiásticas e laicas de então. O historiador Georges Tate resumiu bem esse processo:

Essas ordens militares eram um trunfo magistral em virtude de sua organização, da qualidade, do número e da mobilização permanente de seus soldados. Mas, politicamente, seu crescimento foi um desastre para os Estados, pois formaram um partido independente e belicista, cujos objetivos nem sempre eram os da monarquia. Elas se tornaram poderosas demais para aceitarem ser vassalãs (Tate, 2008, p.73).

É nesse cenário que Felipe IV de França – Felipe, o Belo –, devedor de quantias substanciais à Ordem do Templo, fez frente junto ao papa Clemente V para que o pontífice adotasse medidas extremas contra os templários. Na esteira desse acossamento, eram proferidas acusações em desfavor da ordem: de heresia, práticas

sodomitas, adoração ao Diabo e assassinatos cruéis. No ano de 1307, muitos dos templários foram presos e, na sequência, mortos na fogueira. Em 1312, o próprio Clemente V se encarregou de promover a dissolução da ordem. O que se consumou.

Adite-se que a notoriedade histórica alcançada pelos templários reverberou na seara da historiografia. Como primeira referência para se conhecer com maior acuidade a história da ordem, menciono o nome de Régine Pernoud, medievalista francesa tornada referência entre os estudiosos do período; particularmente seu livro *Os templários* (Pernoud, 1990), por meio do qual ela nos oferece uma síntese generosa dos *cavaleiros de Cristo*.

Outro nome importante para o estudo da ordem é Alain Demurger. Historiador francês contemporâneo, vinculado à Universidade de Paris-I (Panthéon-Sorbonne), Demurger se dedicou a pesquisas sobre os cavaleiros templários e as Cruzadas. Dele, posso mencionar dois trabalhos muito significativos. O primeiro corresponde ao livro *Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média* (séculos XI-XVI); obra de síntese, em que o historiador passa em revista a atuação histórica dessas ordens, da formação à decadência (Demurger, 2002). Esse texto de Alain Demurger contempla os templários, porém, conforme anotei, sem descuidar de outras ordens militares religiosas que se destacaram no período, como a de Santiago, a dos hospitalários e a dos teutônicos, bem como as chamadas ordens menores, como as de Avis e Calatrava. O segundo livro de Alain Demurger se intitula *Os templários: uma cavalaria cristã na Idade Média*. Obra densa, criteriosa e informada por excelentes referências documentais e historiográficas. Leitura que, ênfase, estimo indispensável (Demurger, 2007).

No que concerne ao incremento dos estudos das representações visuais no campo da história, sirvo-me das contribuições dadas pelo historiador francês Jean-Claude Schmitt. Em seu ensaio intitulado *Imagens*, encontrado no Dicionário Temático do Ocidente Medieval, Schmitt declara a importância de Aby Warburg – e da escola que inspirou, a de Hamburgo – na medida em que suas ideias conversam com a antropologia histórica produzida por Marc Bloch e Lucien Febvre. Schmitt enfatiza que essas referências, combinadas, “podem servir agora para repensar o estudo das imagens por parte dos historiadores” (Schmitt, 2002, p. 592). O texto que apresento se filia a essa perspectiva.

Por último, mesmo que o registro que faço agora transcenda em alguma medida o foco da presente proposta, a título de complementação, entendo que para melhor conhecer as ordens monástico-militares, com vistas à devida contextualização das Cruzadas em particular e, sistemicamente, do Ocidente medieval cristão, torna-se oportuno referir e recomendar alguns nomes importantes dos estudos medievais, cujos trabalhos desfrutaram de amplo reconhecimento e, por força do recrudescimento dos estudos medievalísticos no Brasil, viram-se publicados nas últimas décadas em língua portuguesa.

De modo a constituir uma visão panorâmica da Idade Média, destaco trabalhos de síntese como os de Jacques Le Goff (2007) e Jérôme Baschet (2006). Para conhecimento do fenômeno da Cavalaria, Dominique Barthélemy (2010) se apresenta como literatura especializada e de amplo reconhecimento. Afora Barthélemy, Franco Cardini (1989) merece menção. No que concerne aos estudos de caso acerca da Ordem do Templo, além dos historiadores a que antes me referi, destaco Edward Burman (1994) e Piers Paul Read (2001). Particularmente sobre o movimento das Cruzadas, aponto os três volumes do clássico *História das Cruzadas*, de Steven Runciman (2003). Na sequência do texto, cuidarei propriamente da imagética templária.

Imagética templária: cosmovisão, história e signos de pertencimento

Indicada historicamente a Ordem do Templo e apresentada a base bibliográfica desse estudo, passo ao exame propriamente do extenso repertório imagético dos templários. E o faço por meio de exemplos. Para tanto, procederei à análise de representações visuais alusivas a esse corpo de cavaleiros que, reitero, marcaram o medievo e cuja sobrevivência no imaginário social se faz sentir até hoje.

Começo pelos selos da ordem. De modo sintético, selos são marcas usadas na identificação, autenticação e preservação da inviolabilidade de atos escritos. Carimbos pessoais e/ou institucionais postos sobre documentos, amplamente difundidos na Idade Média e, como os vejo, de notável valor emblemático. O historiador e simbologista Michel Pastoureau (1981), inclusive, tornou-se grande incentivador dos

estudos de sigilografia, ou seja, de pesquisas comprometidas com o exame científico desses *pequenos monumentos*.

A Ordem do Templo, no curso de sua história, a depender do local e dos dignitários que subscreviam as mensagens em nome dela, adotou um bom número de selos. Dentre eles, o que retratava *um cavalo montado por dois guerreiros* (figuras 1 e 2) tornou-se o símbolo mais característico da ordem. Num primeiro olhar, é possível interpretá-lo como uma representação da dupla natureza que tipifica a instituição, simultaneamente religiosa e militar. Vale o complemento de que os templários acreditavam participar dos combates sob a blindagem de duas armaduras, a de ferro e a da fé.

Dois guerreiros num só cavalo, ademais, corresponderia a uma imagem que pressupõe a valorização da humildade: o compartilhar solidariamente aquilo que se tem escasso. Premissa que, na dimensão factual, não seria condizente com as posses materiais auferidas pela ordem – a despeito de ela ter sido modesta nas origens. Numa visão diversa, o dividir da montaria comporta a mensagem de que havia e preponderava entre os templários o espírito de companheirismo, como sói acontecer nas comunidades monásticas e na sociedade cavaleiresca em geral. É a leitura que propõe, por exemplo, o medievalista Alain Demurger, para quem o selo em análise preconizava um conjunto de ideias de caráter unitivo, bastante estimadas pelos cavaleiros de Cristo (Demurger, 1986). E, de fato, se analisadas as ordens religiosas regulares surgidas e atuantes na Idade Média, princípios basilares como a vida em comunidade, a confluência de propósitos e a comunhão religiosa distinguiam claramente essas organizações. O famoso selo, portanto, representaria a natureza dual dos templários, de monges guerreiros, bem como o ethos fraternal que deveria prevalecer entre eles.

É importante destacar ainda a inscrição latina que emoldura a cena central do selo (figura 1): *Sigillum Militum Xpisti* – Sinete da milícia de Cristo. O registro textual em apreço, na medida em que conversa e converge com a imagem, deixa claro que os membros dessa formação se enxergavam como autênticos *soldados de Cristo*, o que me permite retomar Jean-Claude Schmitt quando ele descreve o caráter epifânico das imagens na sociedade do Ocidente medieval cristão.

Schmitt vai afirmar que, no medievo, a imagem pode ser comparada a uma epifania, pois que, entre outras coisas, cumpre a função de dar significado ao drama da história cristã, representando – eu acrescentaria: narrando e transmitindo pedagogicamente – passagens como a Criação, a Queda, o banimento do Éden, a Paixão de Cristo, a Parúsia e o Juízo Final. Para Schmitt ainda, as imagens medievais se comportam como aparições. Na medida em que se projetam na direção de seu observador, elas dão corpo ao invisível divino. A matéria inerte ganha vida e a imagem é mesmo uma presença, capaz de mediar as relações entre Deus e os homens (Schmitt, 2007). Tomo as observações de Schmitt de modo a avançar analiticamente sobre as demais representações visuais alusivas à Ordem do Templo, especialmente porque, sem margem para dúvidas, elas comunicam sentidos atrelados ao sagrado cristão.



Figura 1. Selo da Ordem do Templo.
Réplica.



Figura 2. Ilustração de Matthew Paris (c.1200-1259)

Dou seguimento à análise com foco, agora, na *Cruz Pátea* (figura 3) e nos trajes adotados pela Ordem do Templo. Chamada por vezes de *Cruz Templária*, a *Cruz Pátea* consistia num símbolo cruciforme (com muitas variantes), que, na cor vermelha e pregado ao manto branco, distinguia-se na indumentária dos cavaleiros do Templo a partir do final dos anos 1140. A referida cruz aparecia ainda na lateral esquerda da capa – na direção do coração – e no escudo dos templários. Registre-se que as vestimentas eram confeccionadas em pano cru, sem quaisquer requintes, como forma de evidenciar a opção pela pobreza, a negação dos apegos e apelos mundanos. Régine Pernoud tece considerações importantes sobre elas:

As roupas dos freires devem ser todas iguais e da mesma cor: túnica branca ou preta ou de burel (castanho). Os mantos são brancos; essa brancura significa castidade, que é “garantia de coragem e saúde do corpo”. Mas essas túnicas “devem ser sem nenhuma superfluidade e sem nenhum orgulho”; não são autorizados a usar outras peles que as de cordeiro ou de carneiro (Pernoud, 1990, p. 30).

Portanto, em relação aos sentidos simbólicos agregados à imagem do cavaleiro templário, o branco sinalizava a pureza como propósito existencial, refletida no voto de castidade feito pelo religioso. Além disso, no plano prático, a dominância da cor branca tornava mais confortável o uso da indumentária em determinadas condições climáticas; por exemplo, sob o Sol rigoroso. Ainda em relação à ideia de pureza transmitida pela escolha do branco, a própria *Regra primitiva da Ordem do Templo* se manifesta sobre a questão no item que trata “Dos mantos dos irmãos”:

Para que aqueles que abandonaram a vida tenebrosa do mundo, a exemplo dos mantos brancos, se achem reconciliados com o Criador. Significa isto que a brancura sanciona a pureza. A pureza é a segurança de ânimo e a saúde do corpo, porque se um irmão não guardar pureza não poderá atingir a eterna felicidade nem ver a Deus, como afirma o Apóstolo: *Pacem sequimini cum omnibus et sanctimoniam sine qua nemo videbit Deum* [São Paulo, *Epístola aos Hebreus*, Capítulo 12, versículo 14], que vem a ser "Guardai paz com todos, guardai pureza sem a qual nenhum verá a Deus" (Ordem do Templo, 1998, s.p.).

O vermelho da cruz, por seu turno, aludia ao sangue vertido por Cristo no contexto da Paixão e, por extensão, dos primeiros mártires cristãos. O sangue que jorrasse de um templário atestava a sua disposição para o sacrifício cruento, o qual, consoante a visão religiosa da época, seria devidamente recompensado por Deus. Condição semelhante àquela vivida pelos que, nos primórdios do cristianismo, sob o jugo e a violência do império romano, priorizavam a fé em detrimento da própria sobrevivência: os protagonistas da chamada *Era dos mártires*.

Vale o registro de que a permissão de uso da *Cruz Pátea* dada aos templários em 1147, acompanhada da concessão de outros privilégios, deveu-se à iniciativa do papa Eugênio III (1088-1153). Evento esse que corrobora o entendimento de que, especialmente a partir da segunda Cruzada, as autoridades eclesiásticas investiram na estruturação e no recrudescimento da ordem.

Outro ponto importante: no contexto da Ordem do Templo – e, por vezes, de



Figura 3. *Cruz Templária*. Igreja do Santo Sepulcro. Jerusalém.

instituições dela derivadas, como a Ordem de Cristo – a *Cruz Templária* aparecia por vezes acompanhado da sentença latina *Non nobis, Domine, non nobis: sed nomini Tuo da gloriam* (Não a nós, Senhor! Não a nós, mas para a glória de Teu nome). A rigor, esse é um salmo de Davi (115: 1) assimilado como divisa da ordem medieval e que, conforme a tradição, era proferido pelos templários antes que avançassem sobre o inimigo.

Trato, agora, do *baucent* (figura 4), nome que recebeu o estandarte de guerra (*vexillum belli*) utilizado pelos cavaleiros templários. A palavra deriva do francês antigo *beaucéant*, cujo significado é semipartido, bicolor, malhado. Alain Demurger esclarece que, na França, dá-se o nome de *baussant* ou *baucéant* a um cavalo que tenha duas cores (Demurger, 1986, p. 70). Justifica-se o emprego da expressão uma vez que se confeccionava o *baucent* da Ordem do Templo nas cores preta e branca.

Mais especificamente, o estandarte (*gonfanon*) era dividido horizontalmente ao meio; com a metade superior na cor branca – onde aparecia a *crux Pátea*, em vermelho – e a metade inferior na cor preta. Argumenta-se que o esquema bicolor, de contraste evidente, simbolizaria a dualidade identitária dos irmãos templários; ao mesmo tempo monges e guerreiros. Quanto ao seu significado ainda, tornaram-se famosas as observações do teólogo e cronista Jacques de Vitry (c. 1160/70-1240), que se referiu à

ligação da Ordem do Templo com o *baucent* nos seguintes termos: os templários eram negros e terríveis diante dos inimigos (os infiéis) e sinceros e acolhedores para com seus amigos (os cristãos).

Relativamente aos registros históricos, encontramos o *baucent* retratado num dos afrescos do Complexo Templário de San Bevignate, erguido em meados do século XIII na comuna de Perúgia, capital da Úmbria, região central da Itália. Conforme Demurger, o cavaleiro que portava o *baucent* em combate, por sua notável responsabilidade, não se envolvia diretamente no combate e, por essa razão, contava com a proteção de 5 a 10 irmãos cavaleiros. Competia a ele a missão de manter, com denodo, o estandarte permanentemente erguido, o mais alto possível e apontado para o céu. Se viesse a baixar ou, pior, derrubar o *baucent* no campo de batalha, não importando o motivo, o irmão cavaleiro sofreria duras penalidades, que poderiam incluir a temível e infamante perda do hábito (Demurger, 1986). Verifica-se, assim e mais uma vez, a importância e a estima conferidas pelos medievais aos conteúdos simbólicos (às imagens) e, conseqüentemente, a seus respectivos suportes materiais.



Figura 4. *Baucent* (canto superior direito). Afresco de San Bevignate.

Por último, detenho-me num exemplo que se mostra instigador e singular se considerarmos a sua historicidade: a misteriosa representação de Abraxas (figuras 5 e 6). *Abraxas*, a rigor, é o teônimo da divindade gnóstica cuja representação compreende uma criatura fabulosa, polimorfa, de torso e braços humanos, pés de serpentes e cabeça de galo (Lurker, 1993, p. 1). Figura peculiar que, em geral, ostenta armadura, além de portar escudo e látigo. Essa representação remonta à Antiguidade. Entre os gnósticos, por exemplo, a imagem de *Abraxas* era gravada em pedras (gemas) antigas (figura 5), habitualmente usadas como amuleto. No contexto da Ordem do Templo, *Abraxas* apareceria como figura central do selo de um de seus Grão-Mestres (figura 6). Selo que estampa uma carta francesa, de 1214, de procedência templária, e que hoje é parte do acervo dos Arquivos Nacionais da França.

No selo em apreço, distingue-se a inscrição *Secretum Templi* (Segredo do Templo), o que confere um ar de mistério a respeito da conjuntura e da



Figura 5. Amuleto de gema (jaspe). *Abraxas*.
Universidade de Michigan.



Figura 6. Selo templário. *Abraxas*. Carta
francesa de 1214.

intencionalidade de seu uso pela ordem. Especulou-se que o selo pertenceria a um grupo restrito e secreto de templários, porém sem evidências suficientes. O que se pode inferir, com boa margem de segurança, é que *Abraxas* corresponde à imagem de uma divindade guerreira, que, pela roupagem e postura demonstradas, converge com o ânimo militar dos templários. Importa anotar ainda que *Abraxas*, por ser uma deidade gnóstica, de certo, harmonizava-se com a identidade sagrada – monástica - da ordem.

Entendo ser válido observar que a força simbólica de *Abraxas* o faz resistir ao tempo. A título de exemplo, o psicólogo Carl Gustav Jung, que se dedicou a temas ligados à espiritualidade humana na história, interessou-se por essa figura e seus atributos. E o fez a partir de seus estudos da cosmologia gnóstica. Jung se refere a

Abraxas, por exemplo, no texto *Sete sermões aos mortos (Septem sermones ad mortuos)*, de 1916, assinado por ele com o pseudônimo de Basíledes de Alexandria – um dos precursores do movimento gnóstico que viveu na primeira metade do século II da era comum. Vejamos como Jung descreve Abraxas nesse seu escrito ao mesmo tempo enigmático e poético:

Abraxas é o deus a quem é difícil conhecer. Seu poder é o poder verdadeiramente supremo porque o homem não o percebe de modo algum. O homem vê o *summum bonum* [bem supremo] do Sol e também o *infinum malum* [mal sem fim] do demônio, mas Abraxas não, porque este é a própria vida indefinível, a mãe do bem e do mal (Hoeller, 1995, p 19-20).

Vê-se, portanto, que se trata de um símbolo longo, na medida em que se provou capaz de percorrer os séculos que cobrem a chamada era comum, cristalizando-se no imaginário sagrado do Ocidente. Aby Warburg, ao se referir às imagens que sobrevivem historicamente, utiliza-se da representação de Abraxas encontrada na *Tabvla XII*, do *Apistopistus* de Joannes Macarius (Warburg, 2015, p. 271). É mesmo uma imagem potente.

Considerações finais

É verdade que tantas outras representações visuais incorporadas ou mesmo criadas pela Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão poderiam ser consideradas e, por extensão, receberiam um olhar analítico de minha parte. Dentre elas, cito a *Cruz patriarcal*, o *Leão sob a lua crescente e a cruz*, a *Flor-de-lis*, o *Tau* e a *Cruz do calvário*. No entanto, o espaço próprio desse registro escrito não permite maiores desdobramentos e avanços.

Convenço-me cada vez mais de que as fontes iconográficas, caras a nós historiadores, dialogam com as demais instâncias do social – cultural, política, militar, religiosa etc. As imagens revelam potencial no sentido de representar temas relativos aos domínios mental e concreto das sociedades humanas. Entendo a imagética como uma das dimensões próprias da história. Ela é fiel depositária de uma tradição que não se exaure. Em outras palavras, pode-se conjecturar que imagens informam uma dada historicidade. Revalida-se, assim, a importância de se examinar os conteúdos presentes

na e preconizados pela imagem. Em suma, (re)conhecer seus referenciais subjetivos, examinar a materialidade com a qual ela se apresenta e, sempre que possível, discernir a intencionalidade de seus produtores são tarefas que cabem ao pesquisador interessado.

A manifesta relação entre imagem e historicidade, especialmente a partir da ampliação da noção de fonte propugnada pela Escola dos Annales – o que sinalizei na introdução do texto –, define-se como matéria incontornável nas ciências humanas e, se avaliarmos a conjuntura atual, ampliou-se visivelmente. Portanto, toda e qualquer iniciativa séria de estudo que contemple o diálogo histórico-imagético – por assim dizer – tende a reforçar debates e contribuir para que a comunidade científica avance na área. Busquei somar com essa empreitada.

Por último, reitero a compreensão de que o extenso acervo de representações visuais dos templários guarda relações com imagens e símbolos notadamente antigos. Reconheço ademais que um fração dessas representações sobreviveu ao tempo – ainda que idealizadas e, logo, ressignificadas. Para além dos estudos especializados e de produtos culturais os mais variados (livros, filmes, dramatizações etc.) que têm como mote a Ordem do Templo, detecta-se, hoje, a existência e o funcionamento regular de grupos que se identificam como neotemplários – encontrados, por exemplo, na Europa e mesmo no Brasil. Diante disso, Gilbert Durand poderia perfeitamente declarar que o imaginário da *santa milícia* do medievo instituiu-se na sociedade ocidental e dela parece não querer se dissociar.

Referências

BARTHÉLEMY, Dominique. A cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: EDUNICAMP, 2010.

BASCHET, Jérôme. A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BURMAN, Edward. Templários: os cavaleiros de Deus. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques (Org.). O homem medieval. Lisboa: Presença, 1989.

DEMURGER, Alain. Auge y caída de los Templarios: 1118-1314.. Trad. Fabián García-Priero. Barcelona: Ediciones Martínez Roca: 1986.

DEMURGER, Alain. Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (séculos XI-XVI). Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DEMURGER, Alain. Os Templários: uma cavalaria cristã na Idade Média. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

FLORI, Jean. A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Trad. Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOELLER, Stephan A. A gnose de Jung e os Sete sermões aos mortos. Trad. Sandra Galeotti e Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995.

LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da Europa. Tradução de Jaime A. Clasen. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

LURKER, Manfred. Dicionário dos deuses e demônios. Trad. Cecília C. Bartalotti e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ORDEM DO TEMPLO. Regra primitiva da Ordem do Templo. Trad. Manuel J. Gandra. [S.L.]: Mafra, 1998.

PASTOUREAU, Michel. Les sceaux. Turnhout: Brepols, 1981.

PERNOUD, Régine. Os templários. Coleção Saber. Tradução de Maria do Pilar Delvaux. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

READ, Piers Paul. Os templários. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

RUNCIMAN, Steven. História das Cruzadas. Trad. Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2003, 3 vols.

SCHMITT, Jean-Claude. "Imagens" In: Le Goff, Jacques; Schmitt, Jean-Claude (coord.) Dicionário temático do Ocidente Medieval. V. 1. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SCHMITT, Jean-Claude. O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Trad. José Rivair Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

TATE, Georges Tate. O Oriente das cruzadas. Tradução Ana Deiró. Coleção Descobertas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

WARBURG, Aby. Histórias de fantasma para gente grande: escritos, esboços e conferências. Trad. Lenin B. Bárbara. São Paulo: Cia das Letras, 2015.